Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Costa Oeste
Transmissora de Energia S.A.

COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 14.507.191/0001-97 - Inscrição Estadual: 90.576.110-20

COPEL

Eletrobras
Eletrosul

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

AOS ACIONISTAS

A administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento ás disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa ás contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 05 de outubro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6E do Edital do LEILÃO nº 04/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 – ANEEL, datado de 12 de janeiro de 2012, com o Capital Autorizado pelos acionistas de R$ 46,85 milhões, compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 151,5 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV – 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema elétrico da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, em agosto de 2014, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 014/2012, em 21 de maio de 2012.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme o Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão iniciou com o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial em 31 de agosto de 2014 e no ano de 2015 fora recebido mensalmente o seu um duodécimo de receita anual permitida, sendo reajustado, anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O faturamento médio mensal da Companhia no exercício de 2015 foi de R$ 982 mil e o montante no ano foi de R$ 11,8 milhões, envolvendo os agentes interligados no sistema nacional, com aproximadamente 515 clientes interligados no SIN e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Destacamos também, que fechamos o exercício de 2015 com uma inadimplência na ordem 1% em relação aos valores faturados mensalmente.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R$ 14.719 e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2015, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2016, no montante de R$ 3,5 milhões e constituiu uma reserva legal no montante de R$ 1 milhão.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.015	706
Clientes	5	1.273	1.014
Estoque		-	12
Tributos a recuperar		70	6
Despesas do exercício seguinte		1	2
Ativo financeiro - concessões	6	3.730	-
Total do ativo circulante		11.088	1.740
Não circulante			
Depósitos vinculados	4	1.480	1.228
Despesas do exercício seguinte		13	19
Ativo financeiro - concessões	6	93.861	89.070
Imobilizado	6	14	14
Intangível		28	15
Total do ativo não circulante		95.397	90.346
		106.485	**92.086**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Circulante			
Fornecedores	8	1.811	6.049
Financiamentos	10	3.067	2.817
Obrigações sociais e fiscais	7	225	161
Dividendos	11	3.496	613
Encargos setoriais		399	137
Total do passivo circulante		8.998	9.777
Não circulante			
Financiamentos	10	29.989	32.579
Impostos diferidos		3.513	2.818
Partes relacionadas		1	1
AFAC	9	-	2.339
Total do passivo não circulante		33.504	37.737
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	46.850	38.661
Reserva legal	11	1.062	326
Reserva de lucros a realizar	12	5.585	936
Lucro do período	12	10.487	4.649
Total do patrimônio líquido		63.984	44.572
		106.485	**92.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2015 (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: A realizar	Reserva de Lucros: Retenção de lucros	Lucros a Disposição da AGO	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**2.837**	**197**	**-**	**-**	**2.809**	**-**	**-**	**5.843**
Capital subscrito conforme AGO 24.04.14	35.824	-	-	-	-	-	-	35.824
Reversão de Dividendos conf. AGO 24.04.14	-	-	936	-	-	-	-	936
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.14	-	-	-	2.809	(2.809)	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.582	2.582
Destinação Reserva Legal	-	129	-	-	-	-	(129)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(613)	(613)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	-	-	1.840	-	(1.840)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**38.661**	**326**	**936**	**2.809**	**1.840**	**-**	**-**	**44.572**
Capital subscrito	8.189	-	-	-	-	-	-	8.189
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.15	-	-	4.649	(2.809)	(1.840)	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	14.719	14.719
Destinação Reserva Legal	-	736	-	-	-	-	(736)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(3.496)	(3.496)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	-	-	10.487	-	(10.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**46.850**	**1.062**	**5.585**	**-**	**10.487**	**-**	**-**	**63.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Receita operacional líquida	12	**20.674**	**43.468**
Custo de construção		(997)	(36.834)
Taxa de fiscalização		(40)	(15)
Lucro bruto		**19.637**	**6.618**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.859)	(1.314)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**17.779**	**5.304**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		547	701
Despesas financeiras		(14)	(12)
Encargos de dívida		(2.445)	(1.695)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**15.867**	**4.298**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(453)	(362)
Diferido		(696)	(1.354)
		(1.148)	(1.716)
Lucro do exercício		**14.719**	**2.582**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Resultado do exercício 31.Dez.15	Resultado do exercício 31.Dez.14
Lucro do exercício	14.719	2.582
Resultado abrangente do exercício	14.719	2.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31.Dez.15	31.Dez.14
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.867	4.298
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(1.148)	(1.716)
Depreciação	-	2
(Aumento) redução no ativo:		
Clientes	(259)	(1.014)
Tributos a recuperar	(64)	44
Outros ativos	(234)	(1.261)
	(557)	(2.231)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(4.238)	(3.767)
Obrigações sociais e fiscais	64	1.271
Outros passivos	957	120
	(3.217)	(2.376)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	**10.945**	**(2.023)**
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	**10.945**	**(2.023)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Ativo financeiro	(8.521)	(42.806)
Imobilizado	(13)	2
Caixa líquido das atividades de investimentos	(8.534)	(42.804)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital subscrito	8.189	35.824
Dividendos	(613)	-
Financiamento	(2.340)	35.396
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.339)	(28.485)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**2.897**	**42.735**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**5.309**	**(2.092)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	706	2.798
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.015	706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERCIONAL

A **Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.** é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 14.507.191/0001-97, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300083231, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, 19º andar, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 001/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 26 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial de 27 de dezembro de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6E do Edital do Leilão nº 04/2011 – ANEEL – "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". Com extensão aproximada de 151,5 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama; pela Subestação Umuarama Sul com transformação 230/138 kV – 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná..

A sociedade tem por objeto: implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de rede básica do Sistema Interligado Nacional especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Cascavel Oeste – Umuarama, circuito simples, em 230 kV, e pela Subestação Umuarama Sul em 230/138 kV.

A Companhia encontra-se em fase operacional, com a energização da Subestação realizada na data de 27 de julho de 2014 e as Linhas de Transmissão, trecho Cascavel Norte – Umuarama Sul em 30 de agosto de 2014 e o trecho Cascavel Norte – Cascavel Oeste em 31 de agosto de 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1- Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2- Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3- Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 30 de setembro de 2015. Conforme prevê o Parágrafo Quinto do Contrato de Financiamento de Abertura de Crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assumido para a construção da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., obriga-se a manter durante todo o prazo de vigência deste financiamento uma conta de aplicação financeira de reserva garantia, constituída de valor equivalente a pelo menos 03 (três) vezes a próxima prestação vincenda do contrato, incluindo o valor de amortização, juros e demais encargos acessórios do financiamento.

3.5- Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.5.1- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em "mantidos até o vencimento" caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar os faturamentos devido dos clientes pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05, e, conforme o contrato com a ANEEL, não existe o direito de indenização ao terminar os 30 anos de concessão.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento do valor destas, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o "contas a receber" por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratada.

Ativo financeiro – Não Indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão, sem indenização.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5.2- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através

continua na próxima página ---->

do método dos juros efetivos.
A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.5.3- Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como deduções do patrimônio líquido, livres de quaisquer efeitos tributários.

3.6- Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida pró-rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7- Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional de IRPJ é de 10% sobre essa mesma base que exceder a R$ 20 mil reais mensais. Já a base de cálculo da CSLL é de 12% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 9% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa.

3.8- Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9- AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.10- Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.Dez 2015	31.dez 2014
Banco conta movimento e Fundo Rotativo de caixa	31	475
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.984	231
	6.015	706
Conta garantia - financiamento	1.480	1.228

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas à taxa de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31.12.2015.
A exceção para este trimestre foi a criação da conta reserva denominada depósitos vinculados. E a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente serão transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, até o limite de três parcelas de amortização mais juros do financiamento, que atualmente atingiu o seu teto que é equivalente a R$ 1.480 milhões.

NOTA 05 – CLIENTES

Faturamentos Em R$/ Mil	31.Dez 2015	31.dez 2014
a Vencer	1.256	997
de 1 a 30 dias	5	8
de 31 a 60 dias	0	4
de 61 a 90 dias	1	4
acima de 90 dias	10	0
	1.273	1.014

Em agosto de 2014 a Companhia iniciou sua operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, emite, a partir do mês de entrada em operação, avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC, mensalmente, provenientes do contrato CPST n. 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incide os encargos setoriais, tais como:
Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em: P&D (40%), Ministério de Minas e Energia – MME (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão – RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEEL (0,4% da Receita Operacional).
O faturamento dispõe um convenio de ICMS, emitido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de número 117/04 e suas alterações, que atribui ao agente transmissor de energia elétrica, a dispensa da emissão de Nota Fiscal para os valores ou encargos pelo uso do sistema de transmissão.

NOTA 06 - ATIVO FINANCEIRO E IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	31.Dez 2015	31.dez 2014
Ativo financeiro - amortizável RAP	112.889	93.344
(-) Amortização do Ativo financeiro	(15.298)	(4.274)
Ativo imobilizado	14	14
Intangível	28	15
	97.633	89.099
Curto Prazo	**3.730**	
Longo Prazo	**93.861**	

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/IFRIC12, pois a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.
Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração. O serviço de unitização foi iniciado no início de setembro para atender o manual do setor elétrico e finalizou-se em dezembro de 2014.
Foram contratados também:
• Seguros de Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento COSTA OESTE, conforme tabela de coberturas do seguro:

Coberturas	(R$/Mil)
Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos, Greves e Lockout), Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	13.665
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50
Quebra de Máquinas	1.000
Roubo e/ou Furto mediante arrombamento	200
Despesas Extraordinárias	500
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	500
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves	4.000

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	31.Dez 2015	31.dez 2014
Impostos e contribuições sociais	210	147
Folha de pagamento, líquida	15	14
	225	161

NOTA 08 – FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculado à atividade da Companhia.

	31.Dez 2015	31.dez 2014
Fornecedores de materiais	1.116	390
Fornecedores de serviços	695	5.669
	1.811	6.049

NOTA 09 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	31.Dez 2015	31.dez 2014
AFAC - Copel	-	1.193
AFAC - Eletrosul	-	1.146
	-	2.339

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS

	31.Dez 2015	31.dez 2014	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtd.
BNDES Sub-crédito A - TJLP	26.873	28.837	27.634	27.634	1,95% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	6.184	6.559	9.086	6.868	3,5% a.a.	106
	33.056	35.396	36.720	34.502		
Curto prazo	3.067	2.817				
Longo prazo	29.989	32.579				
Taxa média mês	0,65%	0,52%				
I.Cobertura em R$/mil (juros e principal)	1.480	1.211				

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 1222/2013, de 03 de dezembro de 2013, para abertura de crédito no valor de R$ 36.720.400,00 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e quatrocentos reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:
I. Subcrédito "A": R$ 27.634.400,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
II. Subcrédito "B": R$ 9.086.000,00 (nove milhões e oitenta e seis mil reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
Os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "A" incidirão juros de 1,95% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5%. No período a taxa média mês percebeu em 0,57%.
Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GeT e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 46.850.000,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 46.850.000 (quarenta e seis milhões, oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 36 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucro a realizar foi constituída para não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela do lucro ainda não realizado financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizada) pela companhia.

Destinação do Lucro do Período

O lucro do período, nesta etapa, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros e da operação pelo uso do sistema de transmissão foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez 2015
Lucro do período	14.719
Prejuízo do exercício 2014	-
Reserva legal	5%
Constituição de reserva legal	(736)
	13.983
Dividendos propostos	(3.496)
Lucro a disposição da assembléia	**10.487**

NOTA 12 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Nas receitas na operação da Companhia, o recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada.

Receita operacional

	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Transmissão			
Receita de operação e manutenção		3.856	707
Receita de construção		17.722	43.034
Receitas Operacionais		**21.578**	**43.741**
Deduções			
(-) Encargos setoriais		(429)	(134)
(-) PASEP e COFINS		(475)	(139)
Receita operacional líquida	13	**20.674**	**43.468**

Curitiba, 18 de janeiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Mário José de Mello Soares
Presidente
Marcos Paulo B. S. Rezende
Conselheiro
Adriano Pauli
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA
Alfonso Schmitt
Diretor Presidente
Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO FISCAL
Eomar Antonio Concato
Presidente
Josiane Rodrigues Morais
Conselheira
Marialba dos Santos Coelho
Conselheira

CONTADOR
William Rodrigo Cardoso
CRC/SC nº 021528/O-8
WX Contabilidade
CRC/SC nº 008.317/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Martinelli Auditores, emitido em 18 de janeiro de 2016, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no parecer da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 29 de março de 2016.

Eomar Antonio Concato
Presidente
Josiane Rodrigues Morais
Conselheira
Marialba dos Santos Coelho
Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Instituição **COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalva, em 23 de janeiro de 2015.
Curitiba (PR), 22 de janeiro de 2016.

CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC(PR) nº 022.513/O-0

MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR

32413/2016

A história do Paraná
passa por aqui.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 14.820.785/0001-53 - Inscrição Estadual: 90.582.569-08

COPEL

Eletrobras Eletrosul

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

AOS ACIONISTAS

A administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento ás disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa ás contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 19 de dezembro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6F do Edital do LEILÃO nº 06/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 – ANEEL, datado de 10 de maio de 2012, com um Capital Autorizado pelos acionistas de R$ 100 milhões, compostas pela LT Curitiba – Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,04 km, com origem na SE Curitiba e término na SE Curitiba Leste e pela SE Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São de responsabilidade da TRANSMISSORA a implementação, das instalações de transmissão de rede básica, o trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberada – Posto Fiscal e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição de equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Uberaba e Posto Fiscal e o trecho em Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

No ano de 2014 a MARUMBI recebeu, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.807 de 26 de agosto de 2014, uma autorização para implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVAr e conexões, na Subestação Curitiba Leste.

Desta forma, será também de responsabilidade da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., implantação do respectivo reforço na Subestação Curitiba Leste, compreendendo: i) Complemento do Módulo de Infraestrutura Geral com um Módulo de Infraestrutura de Manobra referente ao Módulo de Manobra 230 kV, Arranjo BD4, para instalação dos dois Bancos de Capacitores; ii) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVAr (BC1); iii) Instalar o 1º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVAr; iv) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVAr (BC2); e v) Instalar o 2º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVAr.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A. integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional no fim do mês de julho de 2015, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 018/2012, em 10 de julho de 2012.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, Subestação, Linha de Transmissão e mais a ampliação de dois bancos de capacitores, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R$ 16.320 milhões e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2015, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2016, no montante de R$ 3.876 milhões com proposta destes dividendos retornarem à Companhia em forma de reservas de lucros a realizar. Constituiu reserva legal no montante de R$ 1,5 milhão.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.970	10.128
Clientes		1.786	-
Tributos a compensar		12	34
Sobressalentes		-	72
Outros créditos		10	1
Ativo Financeiro	5	5.709	-
Total do ativo circulante		9.487	10.235
Não circulante			
Depósitos vinculados	4	2.206	-
Ativo financeiro	5	152.589	118.628
Despesas do exercício seguinte		-	5
Ativo imobilizado administração	6	25	10
Intangível		16	16
Total do ativo não circulante		154.836	118.659
		164.323	**128.894**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Circulante			
Fornecedores	8	7.219	7.773
Financiamentos	10	5.147	1.376
Obrigações sociais e fiscais	7	220	262
Dividendos	11	3.876	2.764
Encargos setoriais		275	-
Total do passivo circulante		16.738	12.175
Não circulante			
Financiamentos	10	47.532	33.348
Impostos diferidos		5.160	3.686
AFAC	9	-	33.512
Total do passivo não circulante		52.692	70.546
Patrimônio líquido			
Capital social	10	68.691	35.179
Reserva legal	11	1.504	688
Reserva de lucros a realizar	11	13.070	503
Lucro do exercício	11	11.628	9.803
Total do patrimônio líquido		94.892	46.173
		164.323	**128.894**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2015 (Em milhares de reais)

				Reserva de Lucros				
Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	A realizar	Retenção de lucros	Lucros a Disposição da AGO	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**3.111**	**106**	**-**	**-**	**1.510**	**-**	**-**	**4.727**
Capital subscrito conf. AGO 24.04.14	32.068	-	-	-	-	-	-	32.068
Reversão de Dividendos conf. AGO 24.04.14	-	-	503	-	-	-	-	503
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.14	-	-	-	1.510	(1.510)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.639	11.639
Destinação Reserva Legal	-	582	-	-	-	-	(582)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(2.764)	(2.764)
Lucro líquido a disposição da AGO		-	-	-	8.293		(8.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**35.179**	**688**	**503**	**1.510**	**8.293**	**-**	**-**	**46.173**
Capital subscrito	33.512	-	-	-	-	-	-	33.512
Destinação dos lucros conf. AGO 24.04.15	-	-	9.803	(1.510)	(8.293)	-	-	-
Dividendos destinados a reserva conf. AGO 24.04.15	-	-	2.764	-	-	-	-	2.764
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.320	16.320
Destinação Reserva Legal	-	816	-	-	-	-	(816)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(3.876)	(3.876)
Lucro líquido a disposição da AGO	-	-	-	-	11.628	-	(11.628)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**68.691**	**1.504**	**13.070**	**-**	**11.628**	**-**	**-**	**94.893**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Transmissão			
Receita de operação e manutenção		1.693	-
Receita de construção		46.549	87.434
Receitas Operacionais		**48.242**	**87.434**
Deduções			
(-) Encargos setoriais		(273)	-
(-) PASEP e COFINS		(276)	-
Receita operacional líquida	12	**47.693**	**87.434**
Custo de construção		(24.500)	(72.803)
Taxa de fiscalização		(30)	-
Lucro bruto		23.162	14.631
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(2.133)	(630)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto		**21.029**	**14.001**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.094	831
Despesas financeiras		(23)	(275)
Encargos de dívida		(3.704)	-
		(2.632)	556
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**18.397**	**14.557**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(591)	(207)
Diferido		(1.486)	(2.710)
		(2.077)	(2.918)
Lucro do exercício		**16.320**	**11.639**
Lucro por Ação		0,24	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Resultado do exercício	
	31.Dez.15	**31.Dez.14**
Lucro do exercício	16.320	11.639
Resultado abrangente do período	16.320	11.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	31.Dez.15	31.Dez.14
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.397	14.557
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(2.077)	(2.918)
(Aumento) redução no ativo:		
Tributos a compensar	22	(23)
Clientes	(1.786)	0
Outros ativos	(2.140)	(78)
	(3.904)	**(101)**
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(554)	373
Obrigações sociais e fiscais	(42)	2.600
Outros passivos	2.861	(17)
	2.265	2.955
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	14.681	14.493
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	14.681	14.493
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo financeiro	(39.670)	(87.413)
Imobilizado	(14)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(39.684)**	**(87.413)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Capital subscrito	33.512	32.068
Dividendos	(1.112)	
Financiamento	17.957	34.723
Adiantamento para futuro aumento de capital	(33.512)	10.990
Caixa líquido das atividades de financiamento	**16.845**	**77.781**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(8.158)**	**4.862**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.128	5.265
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.970	10.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Marumbi Transmissora de Energia S.A.** é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por:

• LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km; e
• SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 +1 res.) x 224 MVA.
• Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Uberaba e Posto Fiscal. Os equipamentos e instalações descritos neste parágrafo serão transferidos para a COPEL-GT, concessionária da linha de transmissão que será seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.
• Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.
• Instalação de 02 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVAr em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV, localizada na Rua João Bortolan, sem número, localidade de Capão Grosso, Colônia Murici, no município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 a qual foi publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de setembro de 2014, autorizando a MARUMBI, a implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVAr e conexões, na Subestação Curitiba Leste e incrementou proporcionalmente este investimento na Receita Anual Permitida – RAP. O investimento está estimado em R$ 14,88 milhões, a preço de setembro de 2014, já adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL).

A Companhia entrou em fase operacional, com a energização da Subestação e da Linha de Transmissão realizada na data de 28 de junho de 2015 recebendo a sua primeira Receita em agosto de 2015 referente ao período de julho de 2015.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 - Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2015.

3.5 - Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em "mantidos até o vencimento" caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica

continua na próxima página ---->

OCPC 05.
O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição das infraestruturas realizadas pela Companhia.
A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.
A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.
Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o "contas a receber" por transmissão de energia faturada, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Ativo financeiro – Não Indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não indenizados pelo poder concedente.
Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retomam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão, sem indenização.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.
A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, sem quaisquer efeitos tributários.

3.6 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 - Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional incide em 10% sobre essa mesma base que exceder a R$ 20 mil reais mensais. A alíquota da CSLL é de 9% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 12% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescida das demais receitas.

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 - AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumentos de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.10 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.Dez 2015	31.Dez 2014
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	115	428
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.854	9.700
	1.970	10.128

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas na taxa de 100% aplicada na remuneração destacada da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31.12.2015.
A exceção para este trimestre foi a criação da conta reserva denominada depósitos vinculados. É a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente serão transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, até o limite de três parcelas de amortização mais juros do financiamento, que atualmente atingiu o seu teto que é equivalente a R$ 2.206 milhões.

NOTA 05 - CLIENTES

Em junho de 2015 a Companhia iniciou sua operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, emite, a partir do mês de entrada em operação, avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC, mensalmente, provenientes do contrato CPST n. 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incide os encargos setoriais, tais como: Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em: P&D (40%), Ministério de Minas e Energia – MME (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão – RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEEL (0,4% da Receita Operacional).

Faturamentos Em R$/ Mil	31.Dez 2015
a Vencer	1.711
Vencidos	
de 1 a 30 dias	10
de 31 a 60 dias	1
de 61 a 90 dias	6
acima de 90 dias	58
	1.786

NOTA 06 - ATIVO FINANCEIRO E IMOBILIZADO

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/IFRIC12, pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.
Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	31.Dez 2015	31.Dez 2014
Ativo financeiro - Amortizável RAP (CP)	5.709	-
Ativo financeiro - Amortizável RAP (LP)	152.589	118.628
Ativo imobilizado	25	10
Intangível	16	-
	158.339	118.638

NOTA 08 - FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.Dez 2015	31.Dez 2014
Materiais	3.365	78
Serviços	3.855	7.695
	7.219	7.773

NOTA 09 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	31.Dez 2015	31.Dez 2014
AFAC - Copel	-	26.810
AFAC - Eletrosul	-	6.702
	-	33.512

NOTA 10 - FINANCIAMENTOS

	31.Dez 2015	31.dez 2014	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtd.
BNDES Sub-crédito A - TJLP	33.806	30.198	33.460	33.460	2% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	18.874	4.525	21.577	19.493	6% a.a.	106
	52.680	34.723	55.037	52.953		
Curto prazo	5.147	1.376				
Longo prazo	47.532	33.348				
Taxa média mês	0,65%	0,52%				
I.Cobertura (juros e principal)	(2.184)	1.211				

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, para abertura de crédito no valor de R$ 55.037, (cinquenta e cinco milhões, trinta e sete mil e quatrocentos e dez reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:
I. Subcrédito "A": R$ 33.460, (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e trinta reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
II. Subcrédito "B": R$ 21.577, (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e oitenta reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
Os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "A" incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "B" incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).
Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GeT e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 68.690.963,00 (sessenta e oito milhões, seiscentos e noventa mil, novecentos e sessenta e três reais), dividido em 68.690.963 (sessenta e oito milhões, seiscentas e noventa mil, novecentas e sessenta e três) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucro a realizar foi constituída para não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela do lucro ainda não realizado financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizada) pela companhia.

Destinação do Lucro do Período

O lucro acumulado do período, nesta etapa pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez 2015	31.Dez 2014
Lucro do período	16.320	11.640
Reserva legal	5%	5%
Constituição de reserva legal	(816)	(582)
	15.504	**11.052**
Dividendos propostos	(3.876)	(2.765)
Lucro a disposição da assembléia	**11.628**	**8.293**

NOTA 12 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Estes resultados financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

	Nota	31.Dez.15	31.Dez.14
Transmissão			
Receita de operação e manutenção		1.693	-
Receita de construção		46.549	87.434
Receitas Operacionais		**48.242**	**87.434**
Deduções			
(-) Encargos setoriais		(273)	-
(-) PASEP e COFINS		(276)	-
Receita operacional líquida		**47.693**	**87.434**

Curitiba, 15 de janeiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Cláudio Bragança M. Falcão
Presidente
Ilmar da Silva Moreira
Conselheiro
Adriano Pauli
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA
Alfonso Schmitt
Diretor Presidente
Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO FISCAL
Gerson Jose Gonçalves
Presidente
Edson Augusto Buch
Conselheiro
Laércio Faria
Conselheiro

CONTADOR
William Rodrigo Cardoso
CRC/SC nº 021528/O-8
WX Contabilidade
CRC/SC nº 008.317/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Martinelli Auditores, emitido em 22 de janeiro de 2016, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Parecer da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 29 de março de 2016.

Gerson Jose Gonçalves
Presidente
Edson Augusto Buch
Conselheiro
Laércio Faria
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Instituição **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, (Companhia em fase pré-operacional), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.
Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalvas, em 23 de janeiro de 2015.
Curitiba (PR), 22 de janeiro de 2016.

CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC(PR) nº 022.513/O-0

MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR

32421/2016